

Mídia e Política de Identidade: Uma análise do contexto de Timor-Leste

Ivens G. de Sousa¹

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a política do governo de Timor-Leste em socializar a língua portuguesa através da televisão nacional, como uma forma de construir a identidade do país em torno da lusofonia. Utilizando os conceitos de identidade de Castells, Canclini e Cuche, propomos discutir as relações entre Estado-Nação, identidade, mídia e negociação de pertencimento nacional, assim como pensar o conceito de política de identidade segundo Zaretsky e Woodward. Faremos uma abordagem sócio-histórica de Timor-Leste buscando, nesse processo, o papel desempenhado pela língua portuguesa. Finalmente, discutimos o panorama midiático do país e as questões linguísticas a ele relacionadas.

Palavras Chaves: Mídia; Política da Identidade; Timor-Leste.

Abstract

This paper aims to reflect about the policy of the Government of East Timor in socializing the Portuguese Language in the East Timorese Society through national television with the aim of constructing the national identity of the country around the Lusophone. Using the concepts of identity by Castells, Canclini and Cuche, we will discuss the relations between the nation-state, identity, media and the negotiation of the national belonging. We will also use the concept of the politics of identity by Zaretsky and Woodward. A socio-historical discussion of the country will be made in order to understand the role of the Portuguese Language in the East Timorese Society. Lastly, we will discuss the panorama of the mass media of the country and the language issues related to it.

Keywords: Mass Media; Politics of Identity; East Timor.

¹ Mestrando em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (UCB) – ivensgdesousa@gmail.com, orientando da professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília Dra. Florence Dravet – flormd@gmail.com.

1. A Ilha de Timor

Timor-Leste é um dos países mais recentes do mundo. Situa-se geograficamente na parte oriental da ilha de Timor e ao Norte da Austrália, no sudeste asiático. Possui um pouco mais de um milhão de habitantes. Ex-colônia de Portugal e ex-província da Indonésia, Timor-Leste conquistou a sua auto-determinação através de um referendo em 1999 e foi o primeiro país a celebrar a sua independência no início do século XXI, no ano de 2002. Após quase cinco séculos de colonização portuguesa e vinte e quatro anos de ocupação indonésia, hoje o país entra no cenário do mundo internacional como um Estado Nação independente.

Para muitos, a ilha de Timor foi descoberta pelos portugueses. Porém, a existência de população naquele território já havia sido constatada nos séculos XII e XIII, quando os primeiros mercadores chineses estiveram em Timor a procura de sândalo. Os primeiros registros históricos sobre a ilha dizem respeito aos documentos produzidos por navegadores chineses, no ano de 1225. Um inspetor chinês do comércio externo, *Chau-u-Kua*, afirma que “Timor era um local rico em sândalo” (Sousa, 2010: 9).

Somente em 1515 foram datadas as primeiras fontes e registros sobre a presença dos portugueses na ilha, quando estes conquistaram o porto de Malaca. A partir desse ano, visitas anuais foram feitas por navios portugueses ao território de Timor. Estes extraíam a madeira de sândalo da ilha e levavam os carregamentos até a colônia de Macau, na costa da China, onde as vendiam para os comerciantes chineses (Hill, 2002).

Sobre este período, o primeiro documento pode ser encontrado no Atlas de Francisco Rodrigues (1513 ou 1514), que foi reproduzido na “*Portugaliae Monumenta cartographica*”, que inclui as Ilhas de Banda, Timor, cuja forma e esboço são relativamente aproximados da realidade. Em carta dirigida a D. Manuel I, em 6 de janeiro de 1514, Rui de Brito informou acerca dos navios que, de Malaca, tinham partido para Java, Sunda, Bengala, Paleacta e Timor, dizendo que “he hua Ylha alem de Java. Tem muytos sandalos, muyto mell, muyta cêra. Nom tem juncos para navegar, He Ylha de cafres. Por no haver junco, nom foram lá” (Menezes, 2006; in Sousa, 2010).

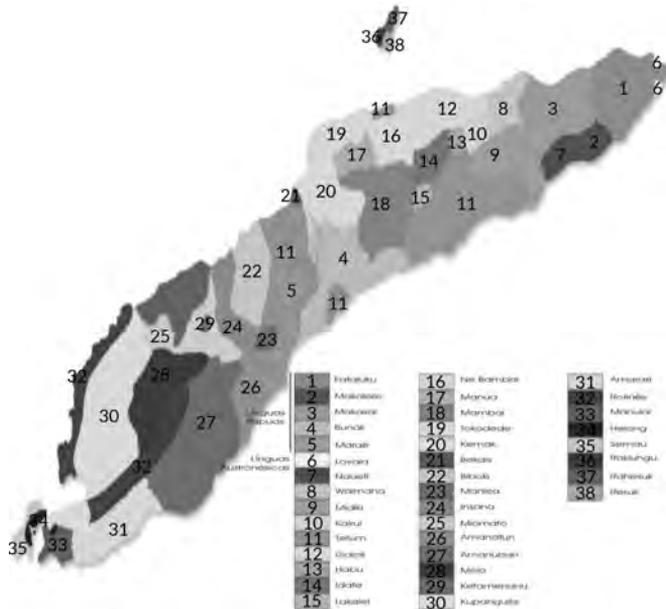
Alguns relatos históricos e antropológicos sugerem que, antes da época da colonização europeia em Timor, a ilha já era organizada em dois reinos políticos: o Belo, situado na parte oriental, consistia em quarenta e seis pequenos reinos e o Servião, na parte ocidental do território, com apenas dezesseis. Por ser uma ilha localizada no Sudeste Asiático, recebeu fluxos de migração de várias partes da Ásia. Desta forma, os habitantes da ilha do Timor originaram-se por meio de diversas etnias e culturas, dentre eles os grupos de Negritos, Melanesia e Proto-Malaios. A formação das línguas nativas dos grupos timorenses, também sofreu influência de grupos étnicos da Austronésia (*Kemak e Tetum*) e Trans-Nova Guiné (Molnar, 2005).

A população de Timor-Leste é caracterizada pela diversidade linguística, com até trinta e uma línguas diferentes faladas em seu território, enquanto que existem

apenas quatro ou cinco línguas que foram identificadas na parte ocidental da ilha (Timor Oeste) (Hill, 2002: 1). Devido a esta diversidade, o panorama linguístico de Timor-Leste está dividido em duas partes (De Carvalho, 2001: 65):

- I) Grupo A, integrado no *continuum* de Roti a Wetar, no que corresponde à parte ocidental, compõe-se do Dawan, com o seu dialeto Baiqueno; no setor central, da ilha, acrescenta-se o Tétum, com os seus dialetos Térík, Belu, Bekais, Praça ou Díli e o Habu; a Norte inclui-se o Ralungu ao lado do Rasuk e do Ralungy, assim como o Galole, muito aparentado com certos dialetos de Wetar; e para finalizar na região oriental apresentam-se o Kairui, o Waimata, o Midiki e o dialeto Naute.
- II) Grupo B compõe se das seguintes regiões: ocidental, com o Kemak (e o seu dialeto Nogo), o Tokodede (e seu dialeto Keta); central, com o Mambae (e seu dialeto Lolein) e oriental com o Idaté e o Lakalei.

Além dessas categorias, existe também a língua Bunak, com o dialeto Marae, Makasae, Makalero, Fataluku; e Lovaia, com o dialeto Maku'a que partilham características com os grupos A e B. A língua Tétum surge como a língua materna, como a mais falada em algumas regiões da ilha. Antes da chegada dos portugueses em Timor-Leste, o Tétum já era usado como língua franca, tendo sido adotado como língua nacional a partir de Outubro de 1981 (Lourenço, 2008: 9). Devido a esta diversidade, a realidade nacional do país deve ser analisada através da fundação étnica de sua população, do ponto de vista territorial e linguístico, os quais representam suas culturas e seus territórios tradicionais.



Mapa 1: Divisão Linguística do território (Lourenço, 2008)

Durante mais de quatro séculos (1515-1975), a ilha serviu para os colonizadores (portugueses e holandeses) como fornecedora de recursos naturais, com sua riqueza explorada para fins comerciais. Os holandeses chegaram à Ásia tentando conquistar e colonizar as pequenas ilhas lá situadas. Desta forma, surgiram conflitos entre os dois colonizadores europeus que reivindicavam seus direitos de posse da ilha de Timor. Durante séculos, os dois colonizadores tentaram chegar a um acordo de divisão do território segundo seus interesses, o que definiu a divisão da ilha em duas partes: o lado oriental ou leste, de Portugal e ocidental ou oeste, da Holanda (Molnar, 2005).

A política da ocupação portuguesa em Timor aconteceu essencialmente através da aproximação dos colonizadores com as elites tradicionais. Esse processo de mediação aconteceu entre os portugueses e os *liurais*² de Timor.³ Caracterizada pela hierarquização de sua estrutura primordial, a organização política de Timor se iniciou com o poder do *Liurai*. Sendo o líder do reino, o *Liurai* é a autoridade máxima do território em que governa. Por este motivo, a cooperação com os *liurais* foi essencial na colonização da ilha por Portugal, sendo a estratégia mais eficiente de sua empreitada colonial em Timor. “A dominação colonial portuguesa foi sempre concretizada, praticamente até a década de 1950 (...) assentado o seu poder na vassalagem dos poderes tradicionais de *liurais*, os grupos sociais dominantes das sociedades timorenses” (Silva, 2000: 364).

Com a chegada dos portugueses, chegaram também os missionários religiosos, como os da Ordem Dominicana que fundaram sua missão religiosa em 1633, e desde então começaram a fundar escolas, seminários e conventos em Timor. Até o princípio do século XVII, os missionários garantiam a continuidade da presença portuguesa na parte leste da ilha. Em 1875, o Bispo Antônio Joaquim de Medeiros expandiu o sistema de educação com a fundação de uma escola agrícola em Dare e em Díli, uma escola para indústria. No entanto, vale ressaltar que foram poucas as pessoas que tiveram acesso à educação e que geralmente o ensino era restrito às elites locais (Cortês, 2010), dentre elas as famílias dos líderes tradicionais (*Liurai*), catequistas e demais indivíduos que possuíssem algum vínculo com a administração portuguesa no país. Como destaca Gusmão (2010: 22), “até 1940, apenas 4% dos timorenses falavam português. Eram eles os funcionários, os professores catequistas, os *liurais* e chefes de suco, aqueles que cursaram a 4ª Classe em Díli e no Colégio de Soibada”. Tal processo deu origem ao termo *assimilado*, categoria que representava parte da população que teve acesso a educação. Ser *assimilado* era ser *civilizado*, portador dos costumes e cultura ocidental. Como ressalta Sousa (2007: 51):

² Os indivíduos pertencentes a nobreza na sociedade timorense.

³ Segundo Menezes (2006: 69-72), a população do Timor está dividida em três classes sociais fundamentais: os nobres, o povo e o escravo. Os nobres entre os quais se contam os *liurais* e os chefes de sucos ou chefes das povoações. “Os *liurais* (nobres) são detentores de cargos políticos (...) Pertenciam a certas linhagens de nobres ou datós, formando autênticas dinastias e obedecendo a sua sucessão e normas rígidas (...) essas linhagens de *liurai*, com a sua heráldica própria, consideravam-se de origem divina, sendo os régulos a sua descendência tidos por filhos do Sol, havendo toda uma linguagem própria para ser utilizada quando se referissem às suas pessoas”.

“ir à escola significava aprender tudo o que fosse importado de fora. Criou-se na mentalidade de *Colibere* e dos seus conterrâneos um complexo de inferioridade perante a sua própria cultura e assimilar-se à cultura estrangeira significava progresso e cultura (...) O falar Português dava-lhe prestígio e, ao mesmo tempo, introduzia-o à classe das elites”⁴.

Sendo assim, pode-se dizer que os efeitos da colonização portuguesa ocupam grande parte da formação identitária dos timorenses, ou como destaca Mendes (2006), uma *identidade Lusitânia imaginária*, contribuindo a cultura e língua portuguesa – que na época da dominação Indonésia servia como língua da resistência –, como elementos de identidade cultural e nacional do país.

Xanana Gusmão, líder da resistência timorense na época da ocupação Indonésia no país e o primeiro presidente da República Democrática de Timor-Leste, em seu discurso, no livro *Timor-Leste: Um Povo, Uma Pátria* (1994), afirma que a identidade timorense é o resultado de várias etapas da história da população, desde antes da chegada dos colonizadores portugueses na ilha até a fase da independência. Com a ênfase na colonização portuguesa, Gusmão (1994: 53) afirma que existem três elementos que contribuem para a formação identitária de Timor:

1. A cristianização que, se não alterou radicalmente os fundamentos morais da sociedade indígena, conseguiu, no entanto, impregnar-se na espiritualidade do pensamento timorense;
2. Uma profunda miscigenação cultural: produto da interação de complexas relações (desde a violência administrativa à imposição das emocionais e desde o equilíbrio das comerciais ao paternalismo das religiosas) que se estabeleceram entre o dominador e os dominados;
3. A aquisição de uma língua estrangeira – o português – como fator para uma interpretação mais polivalente das realidades.

2. De Timor Português a Timor-Leste

Em 25 de abril de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal derrubou a ditadura, Timor-Português ganhou a oportunidade de conseguir determinar o seu futuro, de se tornar um país independente. Cansados de defender um poder feudal arcaico, agarrado aos últimos vestígios do seu império colonial, oficiais do Exército português substituíam o governo fascista do país por outro empenhado numa modernização capitalista e na *descolonização*, um processo que logo

⁴ No caso do Timor-Leste, onde até o momento presente, há poucas referências sobre o país escritas pelos próprios timorenses, a maioria da produção do conhecimento e saberes são produzidas pelos estrangeiros, como os portugueses e australianos. Não obstante, há algumas referências à realidade timorense escritas pelo ponto de vista de um timorense. *Colibere: um herói timorense* e *Olobai 75* são exemplos das obras escritas pelos próprios timorenses.

afetou o futuro de Timor-Português (Taylor, 1993). A notícia do golpe de 25 de abril chegou a Timor por meio da Rádio Austrália. Com essa mudança de cenário, os timorenses começaram a formar partidos políticos no intuito de constituir um novo governo em Timor-Português, composto pelos próprios timorenses. Surgiram novos partidos, como a UDT (União Democrática Timorense), a ASDT (Associação Social Democrática Timorense), a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) e outros partidos menores como KOTA e Partido Trabalhista, que mais tarde se uniram à APODETI. Após alguns anos, a ASDT mudou seu nome para FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), possuindo como objetivo lutar pela independência.

A UDT, primeiro partido de cunho popular, previa em seus programas políticos projetos como “a democratização, distribuição dos rendimentos, direitos humanos, mas acima de tudo, a autodeterminação do povo timorense orientada para uma federação com Portugal” (Taylor, 1993: 66). A UDT apoiava a continuação da presença portuguesa no território de Timor-Leste, com autonomia limitada no país. Por ser um partido criado por elites timorenses, podem ser considerados como os *assimilados* da época, que por sua vez defendiam uma autonomia progressiva do país, até se chegar a completa independência. Pelo fato de ser um partido de elites, a UDT foi considerada pela ONU e pelos observadores do panorama político como sendo o mais forte e mais influente partido político de Timor, representando mais de 60% da população do país (De Abreu, 1997). A UDT apareceu na sociedade timorense com o seu slogan *Loro Sa'e Loro Monu UDT. Tasi Feto, Tasi Mane UDT* (Sousa, 2007).⁵

“Os partidários mais chegados à UDT eram funcionários públicos de nível superior; alguns régulos que também atuavam como funcionários territoriais, que consideravam a bandeira portuguesa como símbolo místico; alguns comerciantes de origem chinesa e a comunidade portuguesa local” (De Abreu, 1997: 60).

O partido APODETI era o único que apoiava a integração de Timor-Português com a Indonésia. No ano de 1974, os líderes do APODETI se recusaram a participar do projeto planejado pelos administradores portugueses em Timor. Este consistia na formação e preparação da autodeterminação de Timor-Português para ser um país independente. “O APODETI apenas reconhecia a administração do governo Indonésio, não a administração portuguesa” (Hill, 2002: 99). Em seu manifesto lançado em 27 de maio de 1974, a APODETI previa uma integração autônoma de Timor à República da Indonésia de acordo com a lei internacional, assim como o ensino da língua indonésia como disciplina obrigatória no país. Prometia respeitar os princípios dos direitos humanos, liberdade, uma justa distribuição dos rendimentos, educação e assistência médica gratuitas e o direito à greve (Taylor, 1993: 68-69).

O objetivo da APODETI em integrar-se com a Indonésia se baseava na convic-

⁵ Tradução para Português: “De Leste a Oeste todos são UDT, de Norte a Sul todos são UDT-Mar Homem Mar Mulher, UDT”.

ção de que a colônia portuguesa não era economicamente viável, nem suficientemente desenvolvida, sob o ponto de vista político, para manter-se isolada no mundo. Também se baseava nos antecedentes étnicos e culturais comuns dos timorenses de ambas as partes da ilha (De Abreu, 1997). Esse fator é contestado por Benedict Anderson em seu texto *Imagining East Timor*. Segundo Anderson (1993), o povo timorense nunca faria parte da Indonésia, ou seja, não desenvolveria uma noção de nacionalismo e identidade nacional com a tradição indonésia devido a sua etnicidade, cultura, língua e religiões próprias. A influência da colonização portuguesa e a formação do nacionalismo de 1975, pelo partido FRETILIN, são considerados os fatores mais importantes que contribuíram com a noção de nacionalismo dos timorenses.

Enquanto o APODETI defendia a integração total de Timor com a Indonésia, a ASDT era o único partido que lutava pela independência e autonomia do país. Lançou o seu primeiro manifesto de planos e projetos com base nos princípios de: independência a Timor-Leste, rejeição do colonialismo, imediata participação dos timorenses na administração e no governo local, contra discriminação racial, a favor da luta contra a corrupção, postura política de boas relações com países vizinhos, reafirmação da cultura timorense e um ampliado programa de saúde (Hill, 2002; Sousa, 2010; Taylor, 1993).

Em setembro de 1974, a ASDT mudou seu nome para FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). A natureza da mudança da ASDT para uma nova organização política – FRETILIN – foi uma estratégia para promover suas ideologias; “a ASDT foi fundada para defender a ideia do direito à independência; a FRETILIN foi formada para lutar pela independência (...) e esta formação exigiu um tipo de políticas muito diferentes, baseadas no apoio das massas à ideia da independência” (Taylor, 1993: 79).

Em novembro de 1974, chegou em Dili o novo governador português, Coronel Mário Lemos Pires, que também era membro do Movimento das Forças Armadas Portuguesas (MFA). Em dezembro de 1974, a administração do MFA organizou um conselho para o processo de descolonização, com a participação de três representantes de cada partido político (FRETILIN, UDT e APODETI). O MFA surgiu como uma forma de iniciar o processo de transição da administração de Timor-Português para o novo governo de Timor-Leste “depois de um breve reconhecimento, o grupo do MFA formulou uma estratégia geral, em princípios de 1975 (...) criar as condições para uma bem sucedida transição para a independência, ao longo de certo número de anos, promovendo a alfabetização, os processos democráticos os valores nacionalistas e um desenvolvimento básico da infra-estrutura econômica” (Taylor, 1993: 90; Hill, 2002: 98).

A APODETI, como o único partido favorável a integração com a Indonésia, rejeitou a sua participação no conselho e declarou Timor-Português como a 27^a província da República da Indonésia, reconhecendo assim apenas a autoridade do Governo da Indonésia. No final de janeiro de 1975, a FRETILIN e a UDT se reuniram e formaram uma coligação para discutir a questão da independência de Timor. Porém,

essa coligação não durou muito tempo devido a influência dos “serviços secretos da Indonésia, sob a chefia de Ali Moertopo, que intensificam as campanhas de divisão entre os timorenses e aliciam os líderes da APODETI e mais tarde da UDT” (Sousa, 2010: 18). Essa infiltração da Indonésia resultou na declaração da integração de Timor-Português ao território Indonésio.

Em 11 de agosto de 1975, a UDT lançou um golpe de estado contra a FRETILIN, declarando o partido e os portugueses como comunistas. A “UDT tinha encenado uma série de manifestações anticomunistas, exigindo a expulsão de cinco portugueses (...) e os alegaram como *comunistas*” (Hill, 2002:140), criando o movimento chamado de Movimento Revolucionário Anti-Comunista (MRAC) que ocupou instalações chave em Dili e em Baucau⁶ (De Abreu, 1997: 73). Como foi descrito por Sousa no livro *Olobai 75*:

“o ambiente é de guerra e não permite uma livre circulação na vila de Baucau. As únicas viaturas que circulam são as camionetas com homens armados de lanças, catanas e armas de fogo. Chegam de Quelecai ou regressam; ou vêm de Venilale ou regressam para lá. Até os próprios membros da UDT têm medo da presença destes homens. Foi por isso que me mantive em casa e não saí para nenhum lado, nem para a casa dos primos ou tios, como eu tinha feito há oito anos” (Sousa, 2003:14).

No meio dessa situação, a Indonésia mostrou sua participação na divisão do povo timorense, criando conflitos entre os partidos. “Através de sua emissora transmitida desde Cupão⁷, a Rádio Ramelau começou a funcionar e emitir programas de apoio ao partido APODETI, atacando a UDT, a FRETILIN e o governo português no Timor Português” (Sousa, 2003: 33).

No dia 20 de agosto de 1975, a FRETILIN lançou o contra golpe com o apoio de militares timorenses e criou a organização Força Armada de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL). Com isso começou o conflito sangrento entre as forças da UDT e da FRETILIN. No dia 26 de agosto, o governador Mário Lemos Pires e os seus funcionários foram transferidos para a Ilha de Ataúro, deixando o território de Timor Português desorganizado e cheio de conflitos. Como relata Sousa (2003: 36-37):

“(...) alguns líderes da Frente aproveitaram a oportunidade para enriquecerem, tirando coisas que não lhes pertenciam. É o caso, por exemplo, do José Vaz, que assaltou a serração e roubou cadeiras e outras coisas pertencentes à Comissão Municipal de Viqueque. Abusos como estes praticaram também alguns elementos da UDT, exigindo aos chineses, vinho, cognac, brandy, etc., com a promessa de pagarem depois da guerra acabar. Desgraçado do chinês que tinha que oferecer tudo o que lhe pediam, sem acreditar no reembolso! (...) a situação continua instável. Inter-

⁶ A segunda cidade de Timor Português e sede do único aeroporto internacional do território na época.

⁷ Cidade Indonésia localizada no Timor Ocidental.

nacionalmente as coisas parecem não se resolver com muita facilidade. Ontem à noite pela primeira vez ouvi pela Voz da América que soldados na fronteira fizeram baixas a FRETILIN. Não disseram o número exato das baixas. Esta manhã, a mesma emissora citou a mesma notícia. Outra notícia importante era que a FRETILIN fez uma proposta de Paz, mas a Indonésia não aceitou. (...) Na realidade, a FRETILIN domina Timor-Leste temporariamente. No seio da própria FRETILIN, parece não haver instabilidade, a começar pelos próprios chefes(...)"

Assumindo o poder, a FRETILIN declarou a independência unilateral no dia 28 de novembro de 1975. Porém, essa declaração foi interrompida pela invasão da Indonésia, a ex-colônia da Holanda, conseguida pelo fato de não haver uma reação conjunta e organizada dos habitantes da ilha perante a entrada dos invasores. Os conflitos internos entre os partidos políticos também facilitou o processo de invasão, "em 1975, os partidos políticos dividiram-se e se destruíram mutuamente, dando oportunidade para que Timor-Leste fosse anexado pelos invasores indonésios" (Sousa, 2010: 53).

"a FRETILIN, no dia 28 de novembro de 1975, sabendo da iminente invasão, adiantou-se proclamando unilateralmente a independência de Timor-Leste, numa cerimônia frente ao palácio do governo, descendo a bandeira portuguesa e hasteando a bandeira da FRETILIN, na esperança desta independência ser reconhecida no foro internacional (...) vivíamos juntamente com o povo uma ansiedade pela incerteza das ameaças que sentíamos, prevendo que a guerra se aproximava de nós" (Felgueiras e Martins, 2006: 40).⁸

3. O *Timor Timur*⁹

Em 07 de dezembro de 1975, a Indonésia lançou o grande ataque a capital de Timor-Leste, Díli. Este se deu por todas as partes, terra, ar e mar com desembarque de marinas e pára-quedistas. Pela primeira vez na história da ilha, esse tipo de invasão ocorreu. "*Colibere* observou os Hércules despejarem pára-quedas que nunca havia visto na vida (...) supôs que fossem guarda-chuvas e nas praias de Díli desembarcaram soldados e tanques de guerra" (Sousa, 2007: 65).¹⁰

⁸ Pe. João Felgueiras, S.J e Pe. José Alves Martins, S.J são dois padres jesuítas portugueses que vivem em Timor-Leste há mais de 30 anos.

⁹ *Timor Timur* significa Timor-Leste em língua indonésia.

¹⁰ Segundo Sousa (2010: 35) "as notícias de Rádio Loro Sa'e emitidas desde Cupão davam sinais de uma invasão que a população ansiava e esperava. Esta presença tornou-se uma realidade no dia 7 de dezembro de 1975 com a descida dos pára-quedistas em Díli e a seguir em Baucau. Esta chegada, que deveria ser salvadora, foi acompanhada de um séquito de fuzilamentos, prisões arbitrárias, chacinas, roubos."

“frente à praia dos coqueiros, na zona de Comoro, começaram a desembarcar das barcaças tanques anfíbios, disparando canhões à medida que se aproximavam da terra, avançando sobre a cidade de Dili (...) vários batalhões de marines invadiam Dili. Foi a partir deste momento que começou a grande carnificina, matando quase indiscriminadamente membros da população que não eram rapidamente identificados, ou simplesmente mortos à rajada; sobretudo quando constatavam que nas imediações aparecia morto algum paraquedista (Felgueiras e Martins, 2006: 46).

A República da Indonésia se constitui por aproximadamente 300 grupos étnicos e mais de 500 línguas e dialetos espalhados nas dez mil ilhas distribuídas na região Nordeste do oceano Índico, todas integrantes do atual território indonésio. Uma das razões que motivou a Indonésia a invadir o território de Timor-Leste foi o fato desta acreditar que o movimento de independência de parte da ilha de Timor poderia desencadear a formação de outros movimentos autonomistas nas demais regiões que compõe o seu território, devido as “chamas do comunismo” que a FRETILIN iria disseminar caso assumisse o governo da parte leste da ilha de Timor.¹¹

No processo de descolonização e independência da Indonésia surgiram dois movimentos nacionais que buscavam defender os interesses locais e regionais e construir os temas nacionalistas do país: o *Budi Utomo* (1908) e *Sarekat Islam* (1912). Esses dois movimentos se juntaram e formaram o Partido Comunista Indonésio (PKI)¹² que por sua vez começou a promover movimentos grevistas nos anos 1926-1927. Reprimidos com dureza pelos holandeses, o PKI entrou na clandestinidade, reivindicando políticas e temas de libertação e independência (Silva, 2000). Segundo Santos (2011: 372):

“a Indonésia foi a própria refém dos EUA, em uma estratégia política que além de afastar o Partido Comunista Indonésio (PKI) da possibilidade de ascensão ao poder colocou o país na condição subserviente à potência capitalista. A possibilidade de ver o Timor-Leste governado por um partido comunista causou a mesma preocupação nos países alinhados ao chamado “bloco capitalista”.

Outro fator que terá motivado a invasão Indonésia no território Timor-Leste, foi o interesse na ilha devido a sua localização geográfica estratégica e a presença de Petróleo naquela região. Não obstante, logo após a invasão de Timor, a Indonésia assinou com a Austrália alguns acordos que permitiam o país explorar o petróleo timorense (Santos, 2011).

¹¹ Para ganhar o apoio do mundo internacional no seu plano da invasão de Timor-Leste, a Indonésia adaptou outra estratégia de ajudar a criar a imagem de que o Timor-Português adotaria a política comunista se tivesse sua independência. Hill (2002: 126): “no final do mês do abril de 1975, Indonésia pareceu adotar uma mudança de atitude em relação a FRETILIN e a UDT. As transmissões de propaganda da Rádio Kupang e da Rádio Atambua da Indonésia descrevendo-os como partidos “comunistas”.

¹² Partai Komunis Indonesia.

A República da Indonésia é formada por um arquipélago de ilhas com diversas culturas e povos. Sendo o quarto país mais populoso do mundo, a Indonésia é o país com o maior número da população muçulmana (Katopo, 2002). Em sua constituição, o Estado garante o direito a liberdade de escolha a crença religiosa para todo cidadão. Como parte de sua exploração na Ásia, a Holanda também conseguiu conquistar e colonizar as ilhas indonésias durante um tempo. A presença dos holandeses substituiu a presença dos portugueses. Os comerciantes e soldados holandeses “ergueram a partir do domínio mercantil transformado em dominação política que ficou em curto tempo de intervalo com os franceses (1801-1811) e com os ingleses (1811-1824), a Holanda administrou as Índias neerlandesas até ao século XX” (Silva, 2000: 361).

A história da Companhia Majestática Holandesa das Índias Orientais é uma história de conquistas territoriais pela força, e suas possessões formaram a República da Indonésia em 17 de agosto de 1945, logo após o final da Segunda Guerra Mundial (Santos, 2011). Após sua independência em 1945, surgiu o nacionalismo e os movimentos nacionais na Indonésia que promoviam a unificação das ilhas do arquipélago, das culturas étnicas e diversas religiões que abarcavam o seu território. A filosofia principal da Indonésia, *Bhinekka Tunggal Ika* corresponde a uma citação direta de uma obra da religião Budista chamada *Sutasoma*, que foi traduzida como *Unidade na diversidade* (Katoppo, 2002: 41). Além dessa filosofia, a política do *PANCASILA* foi outra ideologia imposta na sociedade da República Indonésia. *PANCASILA* vem da palavra *Panca* que significa cinco e *Sila* significa princípios. Os cinco princípios dessa política são: *Crença num Deus Supremo, Justiça civilizadora entre os povos, unidade da Indonésia, democracia através da deliberação e do consenso entre representantes e justiça social para todos*.¹³ Como forma de “indonesiar” os timorenses, esse regime foi implantado na ilha durante os 24 anos de ocupação indonésia. “Todo cidadão indonésio deve saber de cor amar, gostar e defender a filosofia do *Pancasila* (...) quem não gostar do *Pancasila* e não a defender, é comunista e os comunistas devem ser eliminados do solo do *Pancasila*, do solo bandeira vermelho-branca” (Sousa, 2007: 70).

A invasão Indonésia a Timor também foi justificada pelo governo sob o argumento de possuírem uma ligação cultural com os costumes, tradições e hábitos de Timor-Leste, uma vez que seus territórios eram vizinhos. Estes argumentos foram os mesmos que influenciaram a APODETI em sua escolha de aceitar e defender a integração com a Indonésia. Dito isso, quaisquer influências culturais que fossem provenientes de outro continente que não o asiático (da Europa, por exemplo) não eram consideradas como a própria cultura da Indonésia e de *Timor-Timur*. No seu processo de “indonesiar” o povo timorense, a proibição da língua portuguesa e a introdução do idioma indonésio figurou como estratégia central para liquidar todas as influências portuguesas nessa nova província.

¹³ O texto original em idioma Indonésio: 1) *Ketuhanan yang Maha Esa*, 2) *Kemanusiaan yang Adil dan Beradab*, 3) *Persatuan Indonesia*, 4) *Kerakyatan Yang Dipimpim oleh Hikmat Kebijaksanaan, Dalam Permusyawaratan dan Perwakilan*, 5) *Keadilan Social bagi seluruh Rakyat Indonesia*.

“(...) (*kita ini sama-sama*) Somos todos iguais, somos da mesma cor, da mesma raça e da mesma região geográfica. Os colonialistas eram brancos e provenientes da Europa. Vieram às nossas terras para roubar e explorar as nossas riquezas, as nossas especiarias, cravo, canela, sândalo, pimenta. Nós somos anti-comunistas e anti-colonialistas. Tudo o que seja relacionado com os colonialistas deve ser eliminado: língua, cultura, costumes e hábitos. Acabar de uma vez para sempre com a influência portuguesa em *Timor Loro Sa’e*. A partir de agora, o nome que se dá a esta terra já não será *Timor Loro Sa’e*, mas *Timor Timur*. De Jacarta, chegarão gratuitamente novos livros, novas carteiras, novos materiais didáticos para todos vós que durante os quatrocentos e cinquenta anos, sofrestes o obscurantismo debaixo do colonialismo português, longe da vossa mãe pátria, a grande Indonésia. Vamos pertencer a uma só nação, a nação Indonésia. Falaremos uma só língua, o Bahasa Indonésia. Teremos uma pátria, a mãe pátria indonésia (...)” (Sousa, 2007: 69).

Em 01 de janeiro de 1989, *Timor Timur* foi declarado a 27ª província da Indonésia. A abertura de *Timor Timur* para o cenário internacional operou como estratégia do governo indonésio para convencer o mundo de que a entrada da Indonésia na ilha de Timor teve um papel importante no desenvolvimento daquela região. Os discursos do governo Indonésio sobre o desenvolvimento de *Timor-Timur* sempre foram justificativas da implantação da política opressora do país.

“Com os argumentos de um suposto desenvolvimento econômico-social, mostram a obra feita, comparando o número de estradas, escolas e hospitais do tempo colonial português, com o que a Indonésia tinha feito. Realmente a diferença era abissal, mas quando se analisava com mais detalhe, as evidências eram outras. As estradas eram fundamentais para a movimentação rápida de meios militares pesados, aumentando a operacionalidade dos militares indonésios, enquanto que para os timorenses, os sucessivos postos de controle nas estradas transformavam uma viagem num calvário, marcado pelo medo e pela corrupção sempre cultivada pelos indonésios. Também no domínio de uma nova língua – *bahasa indonésio* – e da cultura javanesa. Portanto, o “desenvolvimento” não era mais que o exercício de uma política de integração dos timorenses na Indonésia” (Marques, 2005: 106).

Esses projetos de desenvolvimento eram tidos como estratégia para desestruturar a resistência timorense, que por sua vez obteve o apoio de várias partes da sociedade, dentre eles os jovens, intelectuais, membros da Igreja Católica, combatentes e guerrilheiros. Diferentemente da colonização portuguesa, onde existia certa colaboração entre colonizados e colonizadores, o período indonésio se deu através do desrespeito aos direitos humanos onde toda a população timorense era obrigada a seguir as ordens do novo governo, sob constantes ameaças de violência.

Como destaca Foucault (2002) “onde há poder, há resistência”. Resistência essa que resultou no processo de clandestinidade do povo timorense contra a dominação

indonésia. Nesse sentido, vale ressaltar que grupos como FRETILIN e FALINTIL (Frente Armada de Libertação de Timor-Leste) operavam como símbolos da luta do povo timorense. Durante a ocupação indonésia, muitos dos seus membros permaneceram refugiados nas montanhas, lutando contra as forças militares do governo invasor enquanto alguns capturados foram presos e torturados na prisão. Como destaca Sousa (2007: 119) “os guerrilheiros eram considerados como grupo GPK (*Gerombolan Pengacawan Keamanan*) ou *Vadidos Destruidores da Paz*”. Timor-Leste tornou-se como uma grande prisão para os timorenses devido às atitudes violentas dos militares indonésios em suas tentativas de controlar o povo, “mortes, numa extensa e larga escala, começaram nesta altura, tendo continuado ao longo da ocupação indonésia (...) tropas indonésias perpetraram os mais desumanos atos de brutalidade sem o recurso a qualquer forma de justiça” (Taylor, 1993:199).

“Durante os massacres iniciais, de 1979-1980, os militares centraram-se principalmente nos apoiantes da FRETILIN e no relativamente mais educado estrato da sociedade timorense de Leste – seminaristas, enfermeiras, funcionários públicos e professores. As autoridades mais importantes decidiram quem devia ser morto depois de interrogado. A maioria dos líderes ou educados, os que tinham estudos, eram mortos, as suas mulheres seriam também interrogadas, torturadas e mortas” (Taylor, 1993: 201).

Além dos grupos de guerrilheiros que lutavam nos matos, havia também o grupo dos intelectuais timorenses que lutavam por vias diplomáticas. O CNRT (Conselho Nacional da Resistência de Timor-Leste) teve participação em vários partidos políticos, como a FRETILIN, UDT e também em outras organizações sediadas em Portugal, Macau e Austrália. Participou no FORSAREPETIL (Fórum Licenciados Timorenses para o Referendo e Desenvolvimento de Timor-Leste), organização que englobava todos os licenciados, sobretudo aqueles formados nas universidades e institutos superiores da Indonésia. Os mesmos timorenses que obtiveram diplomas oficiais do Ensino Indonésio, mas nunca deixaram de “resistir” à massificação cultural e ideológica imposta pelo governo indonésio (Sousa, 2010: 21).

4. Timor-Leste: Mídia e Identidade

Em 1999, Timor-Leste conseguiu conquistar sua independência e ser reconhecido internacionalmente pela ONU (Organização de Nações Unidas) como uma nação independente. Essa conquista aconteceu através da *Consulta Popular* que foi organizada pela própria ONU em Timor-Leste, por meio da UNIMET (United Nations Mission in East Timor). A consulta ocorreu no dia 30 de agosto daquele mesmo ano, oportunidade na qual os timorenses puderam escolher entre a independência do país ou a anexação à Indonésia. O resultado foi anunciado no dia 04

de Setembro de 1999, apontando 78,5% dos votantes favoráveis a independência de Timor e os outros 21,5% optaram pela integração com a Indonésia.

Com a conquista de sua independência, Timor-Leste entra em outra fase de sua história, a fase de Construção do seu Estado Nação. Considerado o país mais jovem do século XXI, essa fase vivenciada pela nova nação traz consigo inúmeros desafios e obstáculos a serem enfrentados por seus líderes. O maior deles, deparado por seus governantes até o então momento, é a capacitação de recursos humanos em todas as áreas. Na área de educação, os principais problemas estão relacionados à qualificação e capacitação dos professores e profissionais de ensino, assim como a implementação da língua portuguesa como um dos idiomas oficiais nas escolas e faculdades do país. A decisão foi tomada a partir de uma grande discussão pelos deputados no Parlamento Nacional do país como uma estratégia de utilizar a língua portuguesa como um dos elementos da identidade nacional.¹⁴

Através de sua luta pela independência, os timorenses se identificaram como um povo com história, cultura e identidade própria. Castells (2008) define esse tipo de identidade como identidade de resistência, destacando que cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. O autor afirma também que “as identidades que começam como resistências podem acabar resultadas em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras” (Castells, 2008: 24). No contexto sócio-histórico desse jovem país, percebemos a participação da população para a libertação do país e a formação de projetos de identidade.

“não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de *quê, por quem, e para quê* isso acontece. A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, o que constrói a identidade coletiva, e para *quê* essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade”.

(Castells, 2008: 23)

¹⁴ Parte do programa do partido FRETILIN, em 1975, quando declarou a independência unilateral de Timor-Leste, foi a utilização da língua portuguesa como língua oficial. A escolha foi feita com a consideração de que o idioma local Tetum é considerado muito simples. Segundo Hill (2000: 78): “em primeiro lugar não podemos adotar oficialmente o Têtum porque apesar de nossa língua ter sido falada por nosso povo há séculos, não evoluiu (...) a língua não poderia acompanhar a evolução da sociedade (...) é mais fácil de usar português porque já é falado no país”.

Ao pensar no contexto sócio-histórico do país, a decisão de utilizar a língua portuguesa como uma das línguas oficiais foi discutida intensamente por seus primeiros governantes. A identidade conformada por essa política está voltada às raízes da história do país, na qual a identidade se define como sendo um produto desta história. A decisão de adotar a língua portuguesa foi marcada pela participação do país na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), no dia 01 de agosto de 2002. A língua portuguesa, nesse contexto, serve como política de identidade para Timor-Leste, considerando que a relação do país com Portugal durou quase 500 anos e a utilização da língua portuguesa como idioma da resistência ao longo dos 25 anos da ocupação Indonésia opera como referência identitária importante.

“(...) Nos tempos da guerra de oposição, de 1975 a 1979, a língua oficialmente utilizada pela resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até a base. Embora lutássemos com dificuldades de toda ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.” (Matan Ruak, 2001: 1)

É nesse sentido que se encaixa o conceito de “*política de identidade*” de que fala Zaretsky (*apud* Castells, 2008: 26) quando destaca que “a política de identidade deve ser situada historicamente”. Para Woodward (2004: 34), a política de identidade “afirma a identidade das pessoas que pertence a um determinado grupo”. Os dois conceitos apresentados têm relação com o processo de agrupamento de sujeitos por meio de socializações e formação de identidades, que se tornam como uma mobilização política. Essa política da identidade tem o apoio da mídia nacional do país, a Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL).

Fundada em 1999 pela UNAMET (United Nations Administration Mission in East Timor)¹⁵ com o nome de Rádio UNAMET, a RTTL é a primeira mídia televisiva nacional do país. A iniciativa derivou-se da ideia de criar uma mídia independente como fonte de informação sobre a situação política entre o governo da Indonésia e o CNRT (partido representante do povo timorense) e a própria ONU, atuando como mediadora antes mesmo da consulta popular do dia 30 de agosto de 1999. O princípio elementar da RTTL é fortalecer a unidade e integração de Timor-Leste, apoiando a democracia e o desenvolvimento do país através de uma unidade nacional. A sua função consiste em oferecer informações atuais e promover valores da cultura nacional por meio de programas educativos e de entretenimento. Esses objetivos são apoiados pelo parlamento nacional de Timor-Leste através da regulação de uma lei estabelecida pela ONU em 2002, que determina o papel da RTTL como sendo o de “*oferecer as informações para o povo e fortalecer unidade nacional através de implan-*

¹⁵ A primeira missão da ONU em Timor-Leste.

tação dos seus programas”. Devido a falta de recursos humanos, a RTTL ainda depende da transmissão dos programas internacionais, como os oriundos de Portugal e também do Brasil. Desta forma, a produção principal da RTTL é a notícia, apresentada em Tétum e em Português.

Como parte do seu processo de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, a RTTL faz parte da cooperação bilateral entre Timor-Leste e países como Portugal, Brasil e Macau, no domínio da comunicação social. Com Portugal, a cooperação acontece entre a RTTL e a RTP (Rádio Televisão Portuguesa); com o Brasil, através da TV Globo e TV Futura, em Macau com a TDM (Teledifusão de Macau). A maioria dos programas transmitidos pela TVTL é oriundo desses países, tais como noticiários, novelas e programas infantis. Com o objetivo de socializar e re-introduzir¹⁶ a língua portuguesa na sociedade timorense, a RTTL, através dos seus programas de televisão e rádio, serve como espaço de construção da identidade do país como parte de uma comunidade lusófona, membro da CPLP. Além disso, por ser uma mídia nacional, um dos objetivos principais da radiodifusão sonora e da televisão da RTTL é promover a defesa e a difusão das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste: o Tetum e o Português.¹⁷

Falar da sociedade timorense é falar do Estado Nação de Timor-Leste. Sendo este o seu maior representante, é responsável por construir um sentido de pertença e identificação dos timorenses para com a sua pátria, através dos seus discursos e projetos. O idioma, do ponto de vista de Benedict Anderson (2011: 52), é um dos elementos mais importantes na formação de uma nação, na criação de um sentimento de pertencimento homogêneo e de uma nacionalidade: “nas línguas e linhagens sagradas estavam ocorrendo uma transformação fundamental na forma de apreender o mundo, que possibilitou pensar a nação”.

O autor continua seu argumento afirmando que os meios de comunicação, através do nascimento da imprensa, possibilitam a constituição de uma consciência nacional. Da mesma forma, este ponto é discutido por pensadores latino-americanos, como Canclini (2010) e Martin-Barbero (2011), quando argumentam que a mídia como rádio, televisão e cinema operam como um espaço de construção da identidade (nacional, cultural e social) e de um sentimento nacional. “(...) as artes plásticas, a literatura, o rádio, a televisão e o cinema permanecem como fontes do imaginário nacionalista, cenários de consagração e comunicação dos signos de identidade regionais” (Canclini, 2010: 132).

O papel da mídia como espaço de construção da identidade e consciência nacional fortalece o que Anderson chama de *comunidade imaginada*. Para o autor, uma das características de uma nação como uma comunidade imaginada é que “todos os indi-

¹⁶ Utilizo a palavra *re-introduzir* para indicar a que a maioria da população, principalmente a geração que nasceu na época da ocupação indonésia e a geração pós-independência, ainda não se acostumou com a língua portuguesa.

¹⁷ Estatutos da Rádio e Televisão de Timor-Leste, EP, Capítulo II, Secção III, Artigo n°19.

vídus tenham muitas coisas em comum” (2008: 32). Stuart Hall (2004), em sua discussão sobre a identidade cultural na era da pós-modernidade, também destaca a importância da mídia como espaço de construção da cultura e identidade nacional de um país. A identidade conformada através da cultura nacional também é baseada na formação histórica e cultural em cada sociedade. Hall afirma que as instituições como o Estado e a mídia têm por função criar e gerar um sentimento de identidade e lealdade e, segundo o autor, isso acontece através da narrativa da cultura nacional.

Hall coloca cinco exemplos de como se narra a narrativa da cultura nacional. Um deles é a *narrativa da nação*. Essa narrativa destaca a história da nação, contada nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. O autor afirma que essas narrativas “fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas e rituais nacionais que simboliza ou representa as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (Hall, 2004: 52). Esse exemplo é importante considerando que, hoje em dia, quase todo o processo de informação social é sustentado pelos meios de comunicação. É nesse contexto que Martin-Barbero (2011) assinala que todo o processo de socialização está se transformando pela raiz ao tocar o lugar onde se mudam os estilos de vida. Segundo ele, essa função mediadora é realizada pelos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a mídia fortalece e apóia a formação do sentimento de pertencimento e identidade, seja regional ou nacional. Ao fazer isso, a mídia local teria que promover e manter uma produção cultural própria, perpassando todas as faixas da programação (Martin-Barbero, 2011). Mas como isso pode ser incorporado no contexto de um país como Timor-Leste, onde a produção local é muito pouca?

5. Considerações finais

Através da implantação do português como idioma oficial de Timor-Leste, o estado timorense destaca a importância da língua como um aspecto da identidade nacional. Dentre o histórico de relações com o idioma português, figura a utilização deste por parte dos timorenses resistentes durante o período de ocupação indonésia na ilha. Desta forma, podemos perceber que a política de implantação da língua portuguesa em Timor-Leste é elemento significativo na construção de uma identidade nacional em torno da lusofonia. Essa aproximação com a cultura lusófona se deu por meio da revisão do passado histórico de colonizações sofridas pelo país.

Denys Cuche (1999) define a identidade como um processo que se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social; vinculação a uma classe social, a uma classe de idade, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Nesse contexto, a identidade se inicia na interação construída dentro de um ambiente que se torna como uma identidade de projeto. Cuche (1999), Castells (2008) e Hall (2004) desta-

cam que para admitir o fato de que a identidade é uma construção, deve-se questionar como, porque, por quem e em que contexto esta é produzida e mantida.

Ao estimular a criação de uma identidade nacional, pretende-se reunir um grupo (nação) ao redor de um passado comum, a despeito de suas diferenças particulares. A unidade que constrói uma sociedade ou nação pode ser um tipo de comunidade imaginada, onde todos os seus membros compartilham uma história, uma cultura. Desta forma, o fato de compartilhar experiências propicia a criação de um sentimento comum, que pode ser levado a um pertencimento nacional. Não obstante, como referido por Martin-Barbero, Canclini e Hall, pode-se dizer que a mídia desempenha o papel de mediadora desse sentimento nacional.

No caso de Timor-Leste, ao afirmar que a identidade nacional está sendo construída, temos que observar a maneira pela qual ela está sendo composta. Como o conceito de comunidade imaginada pode ser contextualizado em um país onde a diversidade cultural e linguística é muito grande? Será que as mídias locais participam dessa produção de sentido de pertencimento e identidade nacional? Estas são questões que devem ser estudadas no intuito de compreender a forma pela qual a identidade nacional e o sentimento de pertença são estabelecidos.

Bibliografia

- Anderson, B. (2011) *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Anderson, B. (1993) Imagining East Timor. *Arena Magazine*. Nº. 4 Abril-Maio 1993. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/timor/imagin.htm>, consultado a 10 de Setembro de 2011.
- Canclini, N. G. (2010) *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. 8ª Edição, Editora UFRJ: Rio de Janeiro.
- Castells, M. (2008) *Poder da Identidade*. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo.
- Cortês, F. C. (2010) *Entre colonialismos e Autonomia Nacional: Reflexões identitárias de Leste-Timorenses no Brasil*. Monografia de Bacharelado em Antropologia. Universidade de Brasília (UNB): Brasil.
- Cuche, D. (1999) *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.
- De Abreu, P. (1997) *Timor – A Verdade Histórica*. Lisboa: Editora Luso-Dinastia.
- De Carvalho, M. J. A. (2001) Panorama Linguístico de Timor; Identidade Regional, Nacional e Pessoal. *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 14, jul/set, 65.
- Estatutos da Rádio e Televisão de Timor-Leste, EP (2010) Capítulo II, Seção III, Artigo nº. 19.
- Foucault, M. (2002). *Microfísica do Poder*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Gusmão, M. M. C. (2010) *Billateral Brasil Timor na Profissionalização docente em serviço: Perspectivas e desafios e de formação do Século XXI*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília (UNB), Brasil.
- Gusmão, X. (1994) *Timor-Leste: Um Povo, Uma Pátria*. Lisboa: Edições Colibri.
- Hall, S. (2004) *Identidade Cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora: Rio de Janeiro.
- Hill, H. (2002) *Stirrings of Nationalism in East Timor, FRETILIN 1974-1978*, Oxford Press.

- Katoppo, A. (2002) An Indonesian view-The silent majority must speak up. *Negócios Estrangeiros* (eds.) (2002), pp. 50-41.
- Lourenço, S. V. (2008) *Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste*. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Universidade de Lisboa.
- Marques, R. (2005) *Timor-Leste: O Agendamento Mediático*. Porto Editora: Portugal.
- Martin-Barbero, J. (2011) *Dos Meios às Mediações*. Editorial UFRJ: Rio de Janeiro.
- Matan Ruak, T. (2001) A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 14, jul/set, 41-42.
- Menezes, F. X. (2006) *Encontro de Culturas em Timor-Leste*. Crocodilo Azul. Dili.
- Molnar, A. (2005) *East Timor: an Introduction to the History, Politics and Culture of Southeast Asia's Youngest Nation*. Disponível em <http://www.seasite.niu.edu/EastTimor/>, consultado a 15 de setembro de 2011.
- Mendes, N. C. (2005) *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*. CEPESA Centro Português de Estudos de Sudeste Asiático.
- Silva, L. M. (2000) Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático; Os casos da Indonésia e Timor-Leste. *Lusotopie*, 374-359. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/marques.pdf>, consultado a 15 de Setembro de 2011.
- Sousa, D. (2007) *Colibere: um herói timorense*. Lisboa: Lidel.
- Sousa, D. (2010) *História da Resistência Timorense*. Thesaurus: Brasília.
- Sousa, D. (2003) *Olobai 75*. Baucau (Timor-Leste). Gráfica Diocesana: Baucau.
- Taylor, John. G. (1993) *Timor A História Oculta*. Bertrand Editora.
- Woodward, K. (2000) Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.